

SOBERANIA ALIMENTAR

UMA RESPOSTA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



SOBERANIA ALIMENTAR

Uma resposta
às mudanças climáticas

Textos

Taís Viudes

Edição

Carla Prates

Revisão

Ana Roberta Alcântara

Capa

Caco Bisol, sobre foto de
Viviane Brochardt

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Fotos

Célia Alldridge

(páginas 1 e 6)

Joane Mc Dermott

(páginas 2, 7, 10, 14 e 15)

Arquivo Via Campesina

(página 4)

Daniel Alfonso Leon

(páginas 1, 5 e 13)

Maryam Rahmanian

(página 8)

Arquivo Nyeleni

(página 9)

Bárbara Legault

(página 18)

Tiragem

3.000 exemplares

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda.

Realização

Anamuri - Associação Nacional de
Mulheres Rurais Indígenas (Chile)

Redes/Amigos da Terra - Programa
Uruguai Sustentável (Uruguai)

SOF - Sempre Viva Organização
Feminista (Brasil)

Programa Cone Sul Sustentável

Apoio para publicação

Fundação Heinrich Böll

Endereço

SOF - Serviço de Orientação da Família

Rua Ministro Costa e Silva, 36

Pinheiros - CEP 05417-080

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: (55) (11) 3819-3876

Fax: (55) (11) 3032-3239

www.sof.org.br

São Paulo, janeiro de 2009

Daniel Alfonso León



APRESENTAÇÃO

Atualmente, a preocupação com a preservação do meio ambiente está cada vez mais em evidência. Muito se discute sobre os efeitos prejudiciais da ação humana sobre a natureza, agravados sobretudo pelo modo de produção capitalista, pelo neoliberalismo e pelo consumo exagerado. As populações rurais e indígenas, principalmente as mulheres e os mais pobres, estão entre as maiores vítimas desse tipo de problema. Isso porque a degradação do meio ambiente influi na redução da biodiversidade, nas alterações do clima e na devastação dos territórios e da natureza.

A industrialização da agricultura agravou ainda mais os danos ao meio ambiente, além de reforçar as desigualdades sociais e a exploração da força de trabalho. Em busca de competitividade e lucratividade, muitos agricultores passaram a fazer uso de agrotóxicos, herbicidas, sementes transgênicas e tecnologias e máquinas consideradas modernas. Com isso, as grandes empresas ampliaram seu controle sobre a agricultura, inclusive prejudicando as condições de vida da população rural e adotando condições de trabalho injustas e precárias, que atingem principalmente as mulheres e a agricultura familiar e camponesa.

Essa cartilha visa apresentar uma alternativa ao modo de produção capitalista que contribui para minimizar todas essas conseqüências: a Soberania Alimentar. Bandeira de luta da Via Campesina, a Soberania Alimentar propõe o direito dos povos, países e Estado de definir suas políticas agrícolas e alimentares, assim como de proteger sua produção e cultura no âmbito da alimentação. Isso significa que o povo deve ter o direito de decidir o que comer e como produzir. As prioridades se tornariam, portanto, a produção local de alimentos e o acesso à água, aos recursos naturais, à terra e às sementes.

Discutir esses problemas, além de mostrar os desafios para eliminar as desigualdades sociais, os prejuízos ao meio ambiente e toda forma injusta de trabalho são as propostas desta publicação, que é uma iniciativa do Grupo de Trabalho de Agricultura do Cone Sul Sustentável. Por Soberania Alimentar e Justiça Climática nos somamos a movimentos como Amigos da Terra Internacional, Marcha Mundial das Mulheres, Via Campesina e tantos outros.

São Paulo, Janeiro de 2009.

ÍNDICE

- 2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O NEOLIBERALISMO
- 4 A AGRICULTURA INDUSTRIALIZADA
- 6 A AGRICULTURA E OS DANOS AO MEIO AMBIENTE
- 8 OUTROS RESPONSÁVEIS: GRANDES SUPERMERCADOS E MODELO DE CONSUMO
- 10 A MULHER, O TRABALHO E O MEIO AMBIENTE
- 14 FALSAS ALTERNATIVAS
- 18 SOBERANIA ALIMENTAR: ALTERNATIVAS A PARTIR DOS POVOS
- 20 BIBLIOGRAFIA



O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E O NEOLIBERALISMO

Desde o século XIX, o modo de produção capitalista que predomina na maior parte do mundo é marcado por dois fatores principais: a produtividade com o menor custo possível e a busca incessante por lucro. No século seguinte, as políticas neoliberais agravaram mais ainda esse cenário, ao apregoarem a liberdade de mercado (o livre-comércio), condenando assim qualquer forma de regulação do Estado na economia. Assim, os defensores do neoliberalismo asseguravam garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Mas não é isso que vem acontecendo ao longo dos anos. A procura por lucro e pelo baixo custo da produção piorou ainda mais a desigualdade de renda e só melhorou a vida dos mais ricos, que já concentravam grande parte da riqueza do mundo. Os países do Norte foram os mais favorecidos, em detrimento das nações do Sul, que vivem em condições de miséria e precariedade.

A exploração ao meio ambiente

Para conseguir aumentar a produtividade, baixar o custo da produção de mercadorias e alimentos e, assim, obter mais lucro, um dos métodos adotados foi a exploração desenfreada do meio ambiente. Como resultado disso, o ecossistema passou a apresentar danos irreversíveis. Não é possível repor a água desperdiçada em excesso nem mesmo os combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) que são gastos sem qualquer critério na produção. Muito menos o oxigênio que é perdido com a poluição provocada pela industrialização.

O modo de produção capitalista se baseia na concentração da riqueza e no consumo exagerado daqueles que tem acesso a renda, o que também contribuiu para agravar a situação. Atualmente, vivemos um período de aumento da

Quem causa o efeito estufa

Os combustíveis fósseis são os principais responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono. Na alimentação, grande parte desses combustíveis fósseis é utilizada de forma insustentável pela:

- agricultura industrializada;
- as grandes redes de supermercados.

temperatura mundial, maior ocorrência de inundações e furacões e aumento das secas em algumas partes do mundo, entre outros desastres ambientais. Sem falar no aquecimento global, cuja intensidade durante o século XX é estimada como a maior já verificada nos últimos mil anos. A década de 1990 é tida como a mais quente deste período.

Por que a temperatura da Terra está aumentando?

É comum hoje em dia notícias sobre o derretimento de geleiras, aumento do nível do mar, furacões e tornados em regiões onde nunca aconteceriam, assim como a ocorrência de secas e chuvas em lugares incomuns. Tudo isso é provocado pelo aumento da temperatura da Terra, uma consequência direta do modo de produção capitalista.

A causa do aumento da temperatura é a emissão de gases de efeito estufa (dióxido de carbono CO_2 , metano, óxido nitroso, entre outros). Como isso acontece? A Terra precisa da energia do sol para se manter aquecida. Só que parte desta energia é dissipada e devolvida ao espaço. A outra parte atravessa a atmosfera e chega à Terra, que a reflete, devolvendo-a de modo mais lento ao espaço, como radiação infravermelha ou térmica. Esta, por sua vez, é barrada por uma camada de gases, o que chamamos de efeito estufa.

Se esses gases não cumprissem essa função de estufa, a Terra seria fria demais para a vida humana. Assim, o CO_2 tem um papel determinante na regulação da temperatura global do planeta. Porém nos últimos anos, a emissão e a concentração dos gases de efeito estufa aumentaram de forma significativa, devido, principalmente, à crescente queima do petróleo, do carvão mineral e do gás natural (os combustíveis fósseis). Isso ocasiona uma maior retenção de calor na Terra, e um consequente aquecimento na sua temperatura. Os desmatamentos e a queima de florestas também contribuem para agravar esta situação, pois ao diminuir a presença de plantas que absorvem CO_2 , gera-se uma dificuldade ainda maior de dissipar esses gases.



Garantir o controle dos recursos naturais pelas comunidades

Arquivo Via Campesina



A AGRICULTURA INDUSTRIALIZADA

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), governos, empresas, instituições multilaterais lançaram uma iniciativa para a agricultura denominada "Revolução Verde". Esta "revolução" pressupôs a utilização de métodos industriais na agricultura, visando o aumento de produtividade e quantidade de alimentos e, assim, diminuir a fome e a pobreza da população. Entretanto, a intenção real se revelou outra: a de colocar a agricultura dentro da lógica do capitalismo, ou seja, torná-la competitiva e lucrativa.

Como resultado, não houve o fim da fome nem da miséria. Ao contrário disso, as desigualdades se aprofundaram ainda mais, além de aumentarem as agressões ao meio ambiente e condições injustas de trabalho. Entre 1960 e 1980, os governos nacionais criaram estruturas de extensão rural e créditos subsidiados que se somaram às políticas de difusão das empresas para a adoção de máquinas e tecnologias consideradas modernas e também no uso de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos.

Como era preciso muito dinheiro para essas aquisições, os principais favorecidos com o processo foram os grandes proprietários de terra e as empresas. O conhecimento e a prática tradicional da agricultura familiar e camponesa foram apontados como 'atrasados', sendo descartados, ou então apropriados pelas grandes empresas. Assim, as trabalhadoras e trabalhadores rurais ficaram ainda mais pobres e muitos tiveram que abandonar suas terras e buscar emprego em outros lugares ou se submeter às condições de trabalho precárias oferecidas pelas empresas transnacionais e indústrias.

Domínio de grandes empresas

Hoje em dia, grandes empresas dominam a cadeia alimentícia, desde a produção e a plantação de sementes até a venda de produtos. A concentração da riqueza



Propriedade das sementes

As empresas ganham muito dinheiro com a produção e a venda de sementes por causa da patente. A patente é o direito de propriedade sobre descobertas ou inovações científicas, inclusive sobre seres vivos. Quem tem a patente de uma semente, por exemplo, pode proibir outras pessoas de fazer uso dela ou exigir que se pague por seu uso.

As empresas transnacionais brigam para criar regras que possibilitem patentear elementos da natureza, conhecimentos e práticas tradicionais. Assim, agricultores familiares e camponesas podem de uma hora para outra perder o direito de plantar determinada espécie ou variedade de semente que sempre cultivaram, pois passou a ser propriedade de certa empresa.

Para conseguir a patente, vale tudo. Não é rara a prática da "biopirataria", que consiste na extração ou roubo dos recursos genéticos, principalmente nas comunidades indígenas e rurais. Esses elementos da natureza e conhecimentos próprios desses povos acabam sendo comercializados sob as marcas das grandes empresas.

fica, portanto, nas mãos de um grupo restrito de companhias. Em 2006, as dez maiores empresas de sementes do mundo controlavam 57% do mercado comercial de sementes. A maior delas, a Monsanto, dominava 20% deste mercado.

As empresas transnacionais também são responsáveis pelo aumento da perda da biodiversidade, ao determinar que espécies, variedades ou partes de plantas tem valor de mercado e serão utilizados. Além disso, as grandes plantações (monoculturas) também inviabilizam o solo para o plantio de outras culturas.

Estima-se que houve uma perda de três quartos das espécies cultivadas pela humanidade no século XX. Hoje, apenas 150 espécies garantem a alimentação da maioria da população mundial, enquanto antes tínhamos 10.000 espécies. Essa perda da biodiversidade, portanto, colabora para a diminuição da qualidade da alimentação.

Sementes transgênicas e agrotóxicos

Para obter mais lucro, as empresas precisam ter o domínio sobre as sementes. Então, passaram a fazer uso freqüente de sementes geneticamente modificadas, mais conhecidas como transgênicas, e também de agrotóxicos. Estas sementes são manipuladas geneticamente para resistir aos herbicidas produzidos pelas mesmas empresas e também podem atuar como inseticidas.

A resposta aos insumos externos (adubos químicos e venenos) aumenta a produtividade nas primeiras safras, ao custo de padronizar e uniformizar a produção em imensas áreas de monocultura. O problema é que ainda não foram comprovados os danos que as sementes geneticamente modificadas podem fazer à saúde dos consumidores ao longo dos anos. Mas já foi detectado que elas contaminam as sementes locais nativas, como no caso do milho, atentando contra a biodiversidade, a alimentação e a cultura dos povos.

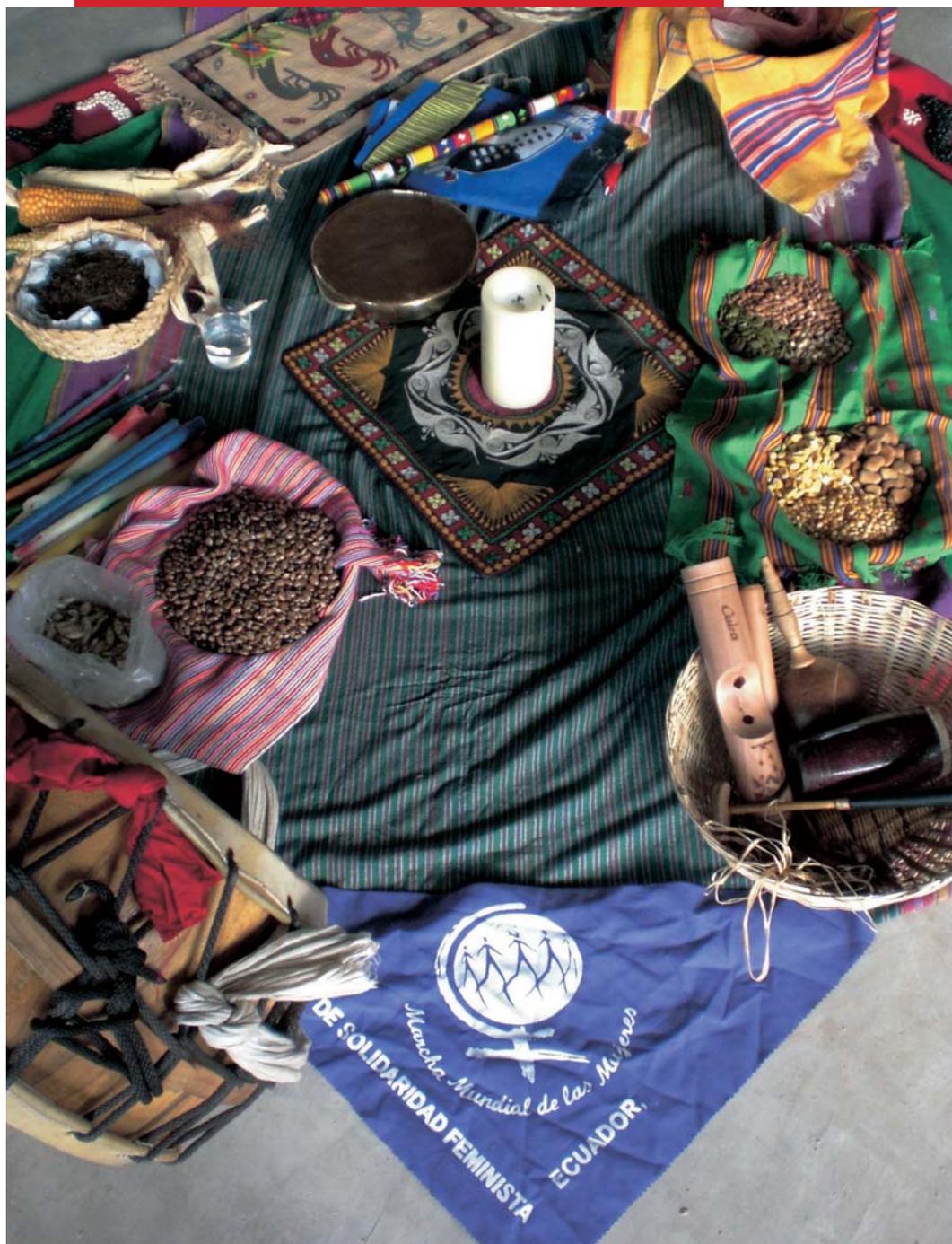
Os agrotóxicos, por sua vez, também são responsáveis pela intoxicação dos trabalhadores do campo. Nos países do Sul os agrotóxicos são utilizados de forma indiscriminada, sem controle, inclusive com produtos proibidos ou de uso restrito em países do Norte. O Brasil é o quarto maior consumidor de agrotóxico do mundo e o envenenamento é freqüente entre agricultoras e agricultores.

Pior é que as empresas que dominam essas sementes e venenos também são os fabricantes dos remédios que se propõem a sanar os danos provocados por eles. O mercado farmacêutico também é controlado pelas mesmas grandes empresas.



Reconhecer os direitos dos povos aos seus territórios

Célia Aldridge



A AGRICULTURA E OS DANOS AO MEIO AMBIENTE

A Revolução Verde causou danos irreversíveis ao meio ambiente. A busca por lucro a qualquer preço vem causando a degradação e a destruição da natureza e a perda da biodiversidade. A emissão de gases do efeito estufa está entre as principais conseqüências desse modo de produção.

Na produção agropecuária considerada moderna, os combustíveis fósseis são fundamentais. Principalmente, o petróleo que é utilizado, por exemplo, para o funcionamento de máquinas, para a fabricação de fertilizantes e produtos químicos e para o transporte de produtos agrícolas destinados à venda e à importação.

Também há o problema do desmatamento, ocasionado pela grande procura por madeira e por produtos agrícolas. Este é um dos principais fatores que provocam as mudanças climáticas. Ao cortar uma árvore é liberado o dióxido de carbono que estava armazenado na mesma. Da mesma forma, o desmatamento diminui o número de árvores que são responsáveis por absorver o dióxido de carbono da atmosfera. Com isso, a emissão de gases do efeito estufa é agravada.

Na agricultura, o constante uso de agrotóxicos e fertilizantes contribui para contaminar os solos e as águas, além de danificar outras espécies de plantas. O domínio de grande porção de terras pelas empresas promove a redução da biodiversidade, uma vez que elas determinam o que será cultivado, além de contaminar o solo das terras vizinhas devido ao uso de agrotóxicos e venenos. Além de tudo isso, o recorrente tratamento químico do solo tende a eliminar a fauna e a flora ao prejudicar a fertilidade da terra.

Joane Mc Dermott



As principais vítimas

Populações de diferentes países não produzem a mesma quantidade de poluição ambiental, assim como nem todos sofrem da mesma forma seu impacto. Os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera são os países ricos, principalmente as grandes empresas localizadas nestas regiões. Os Estados Unidos, por exemplo, produzem cerca de um quarto do dióxido de carbono lançado na atmosfera.

Porém, quem mais sofre com as mudanças climáticas é justamente os que menos poluem: a população dos países pobres, sobretudo os menos favorecidos economicamente. Os desastres ambientais, intensificados com a mudança climática, como as fortes chuvas, os tornados e os furacões, atingem principalmente a população que vive em regiões próximas de encostas e muitas vezes moram em terrenos com ocupação irregular, sem qualquer infra-estrutura. Muitos têm suas casas destruídas diante desses desastres.

Há também o problema da escassez de alimentos e da impossibilidade de cultivo, provocado pela contaminação do solo com agrotóxicos e herbicidas e pela redução da biodiversidade, graças à proliferação das grandes indústrias e da monocultura. Parte das famílias vítimas dessa situação precisam migrar para as cidades, onde passam a viver em condições precárias.

Para piorar, os países ricos promovem a retirada dos recursos naturais das regiões mais pobres. Ao se apropriar dessas matérias-primas e também da força de trabalho locais, aumentam seu lucro e deixam de herança para os países pobres apenas os danos ambientais. Assim, a desigualdade social e econômica tende a crescer.

Os países da América Latina e do Caribe concentram uma rica e variada extensão de terra e de recursos naturais, mas também enfrentam problemas de pobreza e de desigualdade social. Por estas razões são vulneráveis às mudanças climáticas.





OUTROS RESPONSÁVEIS: GRANDES SUPERMERCADOS E MODELO DE CONSUMO

As grandes redes de supermercados dominam o processo de venda dos alimentos. Por isso, mandam e desmandam, impondo condições a toda a cadeia alimentar. Determinam desde as características dos alimentos que serão comercializados (cor, tamanho, forma, uniformidade) assim como sua quantidade e preço. Especificam até quais alimentos deverão ser produzidos. Os produtos que não estiverem de acordo com as regras dos supermercados ficam de fora das prateleiras. Isso faz com que grande parte dos alimentos produzidos seja descartada durante algum momento da cadeia alimentícia.



As grandes redes

Os grandes supermercados formam um grupo seletivo. Os dez maiores são responsáveis por controlar 24% do mercado mundial. O primeiro deles é o Wall Mart, dos Estados Unidos, que controlava 8% deste mercado em 2006. Esta empresa compra seus produtos de qualquer fornecedor que ofereça o melhor preço. E vale lembrar que produtos mais baratos geralmente provêm da exploração da força do trabalho, principalmente de mulheres, e da degradação ambiental. O Wall Mart é conhecido por manter seus funcionários em condições precárias de trabalho, inclusive devido à ausência de direitos trabalhistas.

As grandes redes são responsáveis por parte do lixo produzido pela população mundial, pois determinam que os produtos venham acondicionados em certos tipos de embalagens difíceis de se decompor no meio ambiente, como plástico ou embalagens longa vida.

Consumismo

O capitalismo precisa da venda constante de mercadorias para se desenvolver. Portanto, hoje em dia o consumismo é incentivado, criando assim o desejo por se obter algo novo, uma nova mercadoria. As pessoas são levadas a comprar por impulso, sem avaliar a real necessidade daquela aquisição.

No entanto, o padrão de consumo atual vem se mostrando insustentável porque contribui para a exploração sem limites dos recursos naturais. Os maiores consumidores são os países ricos. Se a população mundial consumisse o mesmo que um cidadão dos Estados Unidos, por exemplo, precisaríamos de cinco planetas Terra para satisfazer todo o mundo.

Além disso, os supermercados dão prioridade para a venda de produtos importados. Isso traz uma série de problemas: contribui para o aumento do preço, uma vez que esses produtos precisam ser transportados, e prejudica o comércio local. O privilégio para os importados dificulta a sobrevivência das famílias rurais, que ficam impossibilitadas de competir com as grandes empresas.

Os pequenos comércios também se tornam vítimas da competição desleal com os grandes mercados. Muitos são forçados a fechar suas portas, prejudicando a população em piores condições socioeconômicas, que, para encontrar o alimento, precisa percorrer longas distâncias até chegar aos supermercados, o que acaba agravando a fome e a miséria.

Poluentes e resíduos

O esquema de distribuição e venda de alimentos, criado pelas grandes redes de supermercados, também contribui para a poluição do meio ambiente. O transporte de produtos importados e a locomoção dos consumidores até os grandes mercados, feita com automóveis, aumentam a emissão de gases poluentes.

Os edifícios onde ficam esses supermercados também são considerados como construções ineficientes em relação ao gasto de energia. Segundo *Friends of the Earth*, um grande supermercado emite a mesma quantidade de gases tóxicos do que mais de sessenta pequenos estabelecimentos de alimentos agrupados.

Sem contar os resíduos gerados pelos mesmos.



As mulheres são protagonistas na luta por um outro modelo

Joane Mc Dermott



A MULHER, O TRABALHO E O MEIO AMBIENTE

A industrialização da agricultura também transformou as relações de trabalho. Para conseguir comercializar seus produtos, agricultores familiares são obrigados a seguir as normas impostas pelas grandes empresas, inclusive fazendo uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas. Porém, não foi possível competir com as empresas

transnacionais e muitos agricultores tiveram que abandonar suas produções. Como solução, migraram para as cidades em busca de emprego ou passaram a trabalhar para as grandes empresas.

Na maioria das vezes, o que inclui redes de supermercados, as grandes empresas não respeitam os direitos trabalhistas. Para obter lucro, na lógica do mercado, muitos não medem esforços em se apropriar da exploração da força de trabalho.

As mulheres mais pobres são as mais afetadas por essa situação, principalmente as que trabalham na agricultura para a exportação, como flores, frutas e legumes exóticos e a limpeza de castanhas. Na agricultura, as trabalhadoras têm que se submeter a salários baixos, contratos curtos, ritmo intenso de trabalho e condições precárias, como a falta de proteção contra venenos. Além de não poderem contar com a garantia de direitos trabalhistas, como a licença-maternidade e de saúde, e nem com benefícios de transporte, alimentação, creches, entre outros.

E por que isso acontece com mais frequência na produção de produtos para a exportação? Porque a exploração da força de trabalho e a degradação do meio ambiente estão na base dos preços baixos e competitivos no mercado internacional.

O trabalho das mulheres

As mulheres rurais e indígenas são fortemente prejudicadas por esse modelo de produção capitalista, que se apropria da terra, dos recursos naturais e da vida de toda a população. Além de piorar as desigualdades sociais, esse sistema agrava ainda mais as desigualdades sexuais.

Na maioria dos casos, as mulheres são contratadas pelas grandes empresas por salários mais baixos do que o dos homens, são ainda mais exploradas do que eles, ficam sobrecarregadas porque precisam dar conta da família e do emprego e, em contrapartida, o trabalho delas não é valorizado.

Sem contar as dificuldades que o domínio das grandes indústrias e empresas sobre a produção rural impõem sobre essas mulheres. Nas famílias rurais e indígenas, são elas que executam serviços, como colher, semear, cultivar hortas, buscar água,

Jornadas extensas de trabalho

O México exporta principalmente frutas secas e hortaliças para os Estados Unidos e Canadá, setores que ao longo dos anos passaram a contratar cada vez mais mulheres. Essa preferência se acentuou devido à crença de que as mulheres se submetem mais a uma intensa jornada de trabalho e aceitam condições mais precárias e flexíveis de trabalho, em relação aos homens. Isso porque elas têm menos opções de emprego no meio rural do que eles.

As empresas do setor pagam muito pouco para as trabalhadoras, obrigando-as a fazer longas jornadas de trabalho. O pagamento é por produção. Além disso, como a contratação é por tempo determinado, as mulheres muitas vezes precisam procurar outro tipo de emprego nos intervalos do trabalho. Muitas também trabalham como empregadas domésticas.

E não é só no campo que o trabalho das mulheres é limitado a algumas atividades consideradas femininas e desvalorizadas. No setor de distribuição de alimentos, como é o caso dos supermercados, as mulheres predominam nas atividades de caixa. Nos caixas as mulheres permanecem a maior parte do tempo em pé durante longas jornadas de trabalho e tem que ser rápidas e gentis no atendimento ao cliente.



o que é fundamental na alimentação e no bem estar das famílias. Acontece que em alguns casos o solo e a água próximos a suas casas estão contaminados pela ação das grandes empresas, então elas precisam percorrer longas distâncias para buscar novas fontes de água e alimento.

Em algumas regiões do Brasil, como o Vale do Jequitinhonha, todos os anos, os agricultores são obrigados a migrar para procurar emprego em grandes lavouras (cana-de-açúcar, café, algodão, entre outras) ou nas cidades. Os migrantes, geralmente homens, que vão trabalhar nas plantações deixam suas casas e família durante o período da safra do produto. Assim, as mulheres, as crianças e os idosos permanecem nas terras, sendo as primeiras as responsáveis por cuidar da lavoura, da casa e da família, e assegurar sua sobrevivência durante grande parte do ano.

Isso traz sobrecarga de trabalho. E nem sempre elas conseguem reconhecimento e valorização por realizar tais tarefas tão importantes e essenciais para a manutenção da produção e da subsistência da família. Muitas vezes, as atividades realizadas pelas mulheres na casa e na lavoura são vistas apenas como uma ajuda ao trabalho masculino. As tarefas dos homens são consideradas as mais pesadas e árduas.

Até mesmo quando as mulheres trabalham para as empresas, isso acontece. É o caso do sertão da Paraíba, no Brasil. No setor de fruticultura, o emprego das mulheres não é valorizado, visto apenas como um complemento ao trabalho dos homens. Elas geralmente executam atividades que exigem maior habilidade e destreza como a colheita, seleção e a embalagem de frutos. Suas habilidades para estas tarefas não são consideradas na remuneração, e elas são contratadas por curto tempo e sem direitos trabalhistas.

Auto-consumo

Há exemplos de precariedade do trabalho rural feminino por toda a América Latina. No setor agropecuário brasileiro, por exemplo, é elevado o número de mulheres que não ganham nada ou que trabalham apenas para o auto-consumo, ou seja, para a alimentação própria e de sua família. Isso revela que as atividades de auto-consumo são consideradas como funções da mulher que é mãe e esposa. Portanto, tais tarefas são desvalorizadas, o que contribui para a manutenção da dependência financeira em relação aos seus maridos e familiares.

No Chile, há um caso típico de como a industrialização da agricultura afetou a vida e o trabalho da população que mora nas proximidades de bosques e florestas. Diante da pobreza no campo, muitas pessoas, principalmente mulheres e crianças, dedicam parte de seu tempo a coletar e a vender frutos silvestres. Algumas mulheres, que vivem próximas a bosques, colhem estes frutos para o auto-consumo.

No entanto, tornou-se difícil encontrar tais produtos devido ao avanço das monoculturas e à destruição dos bosques e florestas. Muitas delas têm que caminhar longas distâncias para encontrar os produtos, mesmo que seja apenas para o consumo familiar.

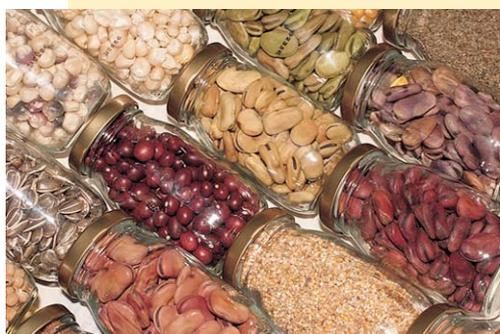
Agricultura para exportação

As lavouras destinadas às exportações contribuíram muito para a exploração do trabalho e para a degradação ambiental. As grandes plantações de pinheiros ("pino radiata") e eucalipto, por exemplo, se consolidaram graças ao incentivo da



Problemas de saúde e ambientais

Daniel Alfonso León



Na Bolívia 65% da comercialização da castanha é feita no mercado internacional. A colheita da castanha é feita por homens e o processamento, predominantemente por mulheres, que ocupam 75% dos postos de trabalho. As trabalhadoras são contratadas por tempo determinado, a maioria dos contratos é feita verbalmente e não há garantia de direitos trabalhistas.

Além disso, elas recebem muito pouco, já que o pagamento é feito por produção, valendo apenas para o auto-consumo. Tanto as mulheres como os homens precisam cumprir extensas jornadas de trabalho, o que acaba gerando graves problemas de saúde, em alguns casos.

O setor de exportação de flores na Colômbia não fica atrás. O país ocupa a segunda posição no *ranking* de exportação de flores, sendo que 95% de sua produção são exportadas. As mulheres representam aproximadamente 70% da força de trabalho, sendo composta principalmente por jovens. Também há uma forte presença de imigrantes ilegais.

Normalmente, os salários no cultivo de flores da Colômbia são baixos, os contratos são firmados verbalmente, o trabalho é temporário e as jornadas são longas. Assim como em outros exemplos de exploração do trabalho mencionados, as horas extras não são remuneradas. Além disso, as mulheres ficam submetidas ao calor intenso e ao contato direto com agrotóxicos e venenos utilizados na produção, responsáveis pelo surgimento de graves doenças.

Para piorar a situação, o cultivo de flores para a exportação na Colômbia também causa uma série de danos ambientais, uma vez que consome água em excesso e gera muita poluição.

industrialização da agricultura. São monoculturas que se estendem por terras antes destinadas aos pequenos plantios locais.

Após a industrialização da agricultura, muitas famílias e, principalmente, as mulheres tiveram que trabalhar para as grandes exportadoras de produtos devido à pobreza e à falta de oportunidades de emprego.

No Chile, um dos principais produtos colhidos pelas mulheres são os cogumelos silvestres ("hongos silvestres"), os quais, por serem majoritariamente destinados à produção, têm que ser processados. Outros produtos coletados são as plantas das quais se produzem remédios medicinais, azeites, óleos, dentre outros. O azeite produzido pela "rosa mosqueta" é um importante artigo de exportação do país.

As empresas que comercializam cogumelos e rosa mosqueta adotam um procedimento parecido em suas plantações. Primeiro, visitam as regiões onde há abundância destes produtos e, em seguida, nomeiam uma pessoa da comunidade para servir de intermediário, que ficará responsável por contratar as mulheres que farão a colheita. Para fazer esse trabalho, a preferência é por mulheres porque elas aprendem em casa o ofício, que é passado de geração em geração.

Normalmente, os contratos feitos com as trabalhadoras são informais, firmados apenas verbalmente. A quantidade de produto coletado é definida pelas empresas, que estabelecem as cotas diárias que as mulheres devem cumprir. Além disso, as trabalhadoras que coletam frutas recebem até 25% menos que os homens, apesar de ambos realizarem o mesmo trabalho.



Promover os monocultivos é uma falsa solução

Joane Mc Dermott



FALSAS ALTERNATIVAS

Nos últimos anos, os efeitos provocados pela mudança climática, principalmente o aquecimento global, estão ganhando maior visibilidade devido à frequência e à intensidade dos desastres ambientais. Contudo, a preocupação com a preservação do meio ambiente não é recente. Os movimentos ambientalistas, mas também mo-

Marcos sobre o clima: até o Protocolo de Kyoto

Em 1979, ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre o Clima, que deu início a um debate sobre a ação humana no clima. A partir daí, o tema passou a ganhar destaque como um dos itens de preocupação dos países do mundo todo, apesar de na prática pouco ter sido feito para resolver o problema neste período.

Treze anos depois, em 1992, foi constituída no Rio de Janeiro a Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, que só entrou em vigor em 1994. Considerada o primeiro passo na tentativa de reduzir as emissões de gases do efeito estufa, a Convenção proclamou a responsabilidade de todos os Estados, sendo que cabia aos países considerados desenvolvidos a iniciativa de combater a mudança climática e seus efeitos.

Desde então, os países que aderiram à Convenção passaram a se reunir anualmente na chamada Conferência das Partes. Em 1997, esses países firmaram o Protocolo de Kyoto, na cidade de Kyoto, no Japão.

O Protocolo determina que os países industrializados se responsabilizem em reduzir, em média, 5% a emissão de gases de efeito estufa no período de 2008 a 2012, tendo como referência a quantidade de gases emitidos em 1990. A porcentagem de 5% se referia a uma média global, mas cada país possuía uma porcentagem própria de redução de gases a cumprir, de acordo com seu contexto.

Para o Protocolo entrar em vigor, seria necessário que 55 países o assinassem, o que só ocorreu, em 2005, com a entrada da Rússia. Os Estados Unidos, um dos maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa, se negou a assinar o Protocolo com o discurso de que seria prejudicial ao desenvolvimento do país.

Desde que entrou em vigor, a Convenção e o Protocolo de Kyoto foram arenas de disputas e divergências entre os países, devido aos diferentes interesses políticos e econômicos. Embora de extrema importância, estudiosos apontam que, mesmo se os objetivos colocados pelo Protocolo forem alcançados, ainda não será suficiente para reverter o quadro da mudança climática.

vimentos de camponeses, indígenas, pescadores e vítimas de injustiças ambientais há muito vem tratando do tema. Mas só agora ele ganhou destaque nas agendas políticas dos governos ao redor do mundo, pois não é mais possível ignorar que o modo de produção e o padrão de consumo são insustentáveis e seus efeitos podem ser irremediáveis, caso não se tome providências urgentes.

Após o Protocolo de Kyoto, como forma de barrar o aquecimento global, os países passaram a propor alternativas que supostamente garantissem o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, fossem menos prejudiciais ao meio ambiente. Para isso, alguns mecanismos foram criados, a fim de reduzir a emissão de poluentes com o menor custo possível. Entre eles estão os agrocombustíveis, o comércio de carbono e o MDL (Mecanismo para um Desenvolvimento Limpo).

Porém, essas alternativas neoliberais fortalecem a lógica do mercado à medida que transformam o ar em uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada. Deste modo, revelaram-se mais um mercado lucrativo para os países mais ricos do que uma política eficiente de redução de gases poluentes e de preservação ambiental.

Agrocombustíveis

Os agrocombustíveis são feitos à base de material vegetal, principalmente cana-de-açúcar e soja, os quais passam por um processo industrial. Esse tipo de combustível é apontado como uma das soluções para a redução da emissão de gases



do efeito estufa na atmosfera, uma vez que pode ser usado na substituição dos combustíveis fósseis. Por isso, é chamado de "tecnologia limpa", pois são considerados eficientes na preservação ambiental.

Só que a defesa de que os agrocombustíveis são "tecnologias limpas" não é verdadeira. A produção de oleaginosas para agrodiesel ou de cana e eucalipto para etanol, em grande escala, geram intenso desmatamento e perda de biodiversidade, escassez de alimentos e terras férteis, forte exploração da força de trabalho e danos à saúde dos trabalhadores.

Benefício apenas para o agronegócio

Diante da promessa da redução de poluentes, os agrocombustíveis se tornaram um mercado lucrativo para os países produtores. Por conta de sua extensão de terra, o Brasil passou a ser um dos principais produtores deste tipo de combustível.

Os agrocombustíveis favorecem ao agronegócio, um modo de organizar a produção e a distribuição na agricultura que tem como fim único o lucro. Para a população rural, esse tipo de combustível representa um agravamento das condições de pobreza por dois motivos: promove danos ao meio ambiente e por causa das precárias contratações de trabalho.

Diversos movimentos sociais apontam que a proliferação das monoculturas (como a soja e a cana-de-açúcar) promoveu um deserto verde. Com o passar do tempo, as plantações de cana-de-açúcar, por exemplo, tornam os solos secos e inférteis. Além disso, também reduzem a diversidade de alimentos.

Já o uso recorrente de agrotóxicos e fertilizantes como ocorre nas lavouras destinadas à produção de agrocombustíveis, prejudica ainda mais o solo, inviabilizando o cultivo de alimentos por tornar as terras inférteis. Isso faz com que muitas famílias tenham que abandonar as suas terras e migrar para outras regiões.

Há também a exploração do trabalho. Para aumentar seu lucro, as empresas do agronegócio fazem contratações por tempo determinado, desrespeitam os direitos trabalhistas e não garantem equipamentos e proteção adequados durante o trabalho.

Na lavoura de cana-de-açúcar no Brasil, por exemplo, é marcante o grau de precariedade a que os trabalhadores estão submetidos, sendo que muitos vivem em regimes próximos ao de escravidão. Os canavieiros são remunerados por produção individual, o que os obriga a fazer longas e intensas jornadas de trabalho, o que já causou mortes por excesso de trabalho.

Além disso, a ausência de direitos trabalhistas faz com que tanto os trabalhadores que adquirem seqüelas em sua saúde como os familiares dos canavieiros fiquem desprovidos de assistência médica e legal.

Comércio de Carbono

Outro mecanismo neoliberal para a redução dos gases do efeito estufa chama-se comércio de carbono. Trata-se da possibilidade de "comprar" e "vender" as emissões de carbono de uma empresa para a outra. Por meio do Protocolo de Kyoto, cada empresa tem uma meta específica de emissão de carbono na atmosfera. Com o comércio de carbono, as empresas que emitem menos carbono do que o permitido pelo Protocolo podem "vender" uma quantidade de carbono para as que poluem mais.



Assim, as empresas mais poluentes encontraram um jeito de escapar do controle da emissão de carbono estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. Pois, ao comprar carbono, podem continuar emitindo a mesma

quantidade de gases de efeito estufa que sempre liberaram. E não precisam fazer uma mudança no seu modelo de produção ou nas fontes de energia que utilizam. Esse tipo de comércio, portanto, se tornou um negócio lucrativo, tanto para quem vende como para quem compra. Mas não provoca uma mudança de fato no modo de produção das empresas que mais poluem.

MDL “Mecanismo para um Desenvolvimento Limpo”

O Mecanismo para um Desenvolvimento Limpo (MDL) permite a um país industrializado financiar um projeto em outra nação em desenvolvimento para a redução da emissão de gases poluentes ou para incrementar a absorção desses gases. Se o projeto alcançar êxito, os financiadores ganham “créditos” de carbono, que posteriormente podem ser comercializados.

A idéia é que esses projetos financiem as chamadas “tecnologias limpas”, como os agrocombustíveis, ou até mesmo o reflorestamento. Porém, a maioria dos projetos realizados não possibilitou uma transição de fontes de energia nos países em desenvolvimento.

Os projetos de MDL levaram a um crescente e lucrativo mercado de carbono. Os países considerados desenvolvidos têm lucros porque o preço do carbono nos países em desenvolvimento têm sido mais baixo do que nos países compradores.

Além do mais o prêmio pela redução dos gases de efeito estufa é computado em relação ao projeto, sem considerar o resultado que aquela redução teve no âmbito nacional ou global. Uma prática comum das empresas foi promover a plantação de árvores de eucaliptos, por exemplo, como forma de reduzir a emissão de gases e a devastação ambiental. No entanto, essas plantações, com base na monocultura, contribuem para agredir o solo, secar fontes de água, além de reduzir a biodiversidade.

Os créditos de carbono gerados pelo reflorestamento são contraditórios por duas razões principais: as plantações de monocultura são consideradas como florestas e ao mesmo tempo em que certas áreas são reflorestadas em monocultura enquanto outras áreas de florestas e bosques diversos permanecem sendo desmatados.

De acordo com o MDL, os países que promovem o reflorestamento ou reduzem o desmatamento não precisam diminuir o uso de combustíveis fósseis, já que a emissão de carbono seria compensada pelas árvores. No entanto, é importante apontar que esses reflorestamentos realizados pelas empresas teriam um caráter privado, o que prejudica a vida dos povos próximos aos bosques e florestas, principalmente as mulheres, que não têm como extrair frutos, lenha ou plantas medicinais.

Além disso, algumas empresas passaram a se especializar no desenvolvimento e na venda de projetos de MDL, alcançando uma alta lucratividade. Uma das maiores empresas deste ramo, com sede em Londres, é a Ecoscurities. Há a estimativa de que o valor da Ecoscurities na bolsa de valores seja de mais de um bilhão de dólares.



Fórum Nyéleni um marco na luta por Soberania Alimentar

Bárbara Legault



SOBERANIA ALIMENTAR: ALTERNATIVAS A PARTIR DOS POVOS

A Soberania Alimentar é um princípio construído pela Via Campesina na luta contra os tratados de livre comércio na agricultura e apresentado em 1996. É o direito que os povos, países ou união de Estados têm para definir suas políticas agrícolas e alimentares e proteger sua produção e sua cultura alimentar.

Supera a noção de segurança alimentar, que ainda segue sendo política de instituições governamentais e demanda de organizações da sociedade civil, mas que é utilizada como justificativa para a importação de alimentos e ajuda alimentar que destroem as bases produtivas camponesas e o mercado local.

A Soberania Alimentar é construída em um processo de alianças como princípio articulador de muitas lutas, como pelo acesso a terra, água, sementes, condições de produção e como afirmação das formas de camponeses, indígenas de organizar a produção e a vida.

Um direito mais amplo

A Soberania Alimentar parte do direito de todos os indivíduos a ter acesso a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e em respeito a sua cultura. O direito individual à alimentação se articula a uma dimensão social de como este alimento é produzido, considerando práticas que respeitam o meio ambiente, relações igualitárias entre as pessoas, o acesso aos recursos naturais envolvidos nesta produção, como a água, a terra, as sementes e os mercados locais.

Os povos com autonomia reconheceriam a contribuição econômica, social, cultural da produção camponesa e dos circuitos de distribuição local e direcionariam políticas, recursos econômicos, estruturas de pesquisa e extensão neste sentido.

A Soberania Alimentar defende os princípios de justiça, solidariedade e cooperação como forma de fortalecer a agricultura camponesa, em cada unidade familiar e comunitária e na articulação entre elas. Esta é uma proposta de caráter amplo, que envolve a defesa de uma reforma agrária justa, o controle dos territórios pelos povos que neles vivem, os mercados locais, a biodiversidade, a autonomia, a saúde e a qualidade de vida.

Respeito à cultura dos povos

Os agricultores e agricultoras aprenderam, de geração em geração, a respeitar o meio ambiente, uma vez que precisam dele para sobreviver. Essa sabedoria e harmonia em lidar com a natureza precisa ser respeitada e não apropriada ou menosprezada pelas grandes empresas, como vem sendo feito.

A Soberania Alimentar luta pela defesa da cultura das comunidades rurais, indígenas e camponesas. Só assim será possível, por exemplo, devolver aos povos o controle de sementes, entre outros recursos ambientais que estão sendo tomados ou violados pelas grandes empresas. E também promover o uso e a ocupação do solo de maneira sustentável pela agricultura local.

A degradação do meio ambiente, a emissão de gases do efeito estufa e o agravamento das desigualdades sociais e ambientais seriam superados pela convivência com justiça e igualdade entre as pessoas e entre elas e a natureza afirmada pelo princípio da Soberania Alimentar.

Por outros modelos de consumo

Ao defender o direito dos povos de decidir sobre as políticas alimentares e suas regras de produção (priorizando a agricultura local), a Soberania Alimentar propõe o rompimento do domínio das grandes empresas sobre toda política e cadeia alimentícia. E não é só o modo de produção que precisa ser alterado, mas também o padrão atual de consumo.

Para eliminar os efeitos prejudiciais da industrialização da agricultura, a forma de se consumir também precisa ser modificada. É importante para a Soberania Alimentar que os consumidores escolham produtos de estação ou cultivados em localidades próximas e em harmonia com o meio ambiente. Essas atitudes contribuem para a redução da devastação do meio ambiente e estabelecem uma relação solidária entre o campo e a cidade.

A contribuição das mulheres

No princípio da Soberania Alimentar, as mulheres têm uma contribuição essencial, seja na produção e distribuição dos alimentos, como nas organizações que lutam por uma outra organização da sociedade e da economia que tenha como centro o bem viver, a sustentabilidade ambiental e da vida humana.

As mulheres da Via Campesina se afirmam:

"...como protagonistas na construção de outro mundo possível, nos propomos a defender, fortalecer e ampliar nossas organizações e movimentos; continuar lutando contra o modelo neoliberal; contra o livre-comércio; pela soberania alimentar; pela terra e território; pelas reformas agrárias integrais; pela defesa de nossas sementes como patrimônio dos povos; pela soberania econômica das mulheres e a igualdade de gênero e pela soberania de nossos povos".



- BARNDT, Deborah (editora). Women Working the NAFTA Food Chain. Canadá: Second Story Press, 1999.
- BIODIVERSIDAD. Estrategias corporativas agroindustriales em America Latina. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y culturas* (compedio), octubre, 2006.
- BIODIVERSIDAD. La lucha consecuente. IV Conferencia Internacional de la Vía Campesina. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y cultura*, (compedio), octubre, 2006.
- BIODIVERSIDAD. Seminario sobre Soberania Alimentaria y biodiversidad. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y culturas* (compedio), octubre, 2006.
- CONOSUR Sustentable. Hoy es mañana. Aspectos esenciales sobre em Cambio Climático. Diciembre, 2007.
- CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. Mulheres, trabalho e globalização: gênero como padrão determinante nos padrões globais de desigualdade. *Revista Ártemis*, n. 4, julho, 2006.
- ETC Group. Fonte: www.etcgroup.org/es/materiales/publicaciones.html?pub_id=657. Acessado em: 07/12/2008.
- FEBLES, Nelson Alvarez. Las semillas em la tierra germinam y se multiplican. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y culturas* (compedio), octubre, 2006.
- FRIENDS OF THE EARTH. Facturando el médio ambiente? Los supermercados y su impacto medioambiental. In: MONTAGUT, Xavier e VIVAS, Esther (coords.). *Supermercados, no garcias. Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas*. Barcelona: Icaria Editorial, 2007..
- GIOVANNI, Júlia Di. *Agricultura na sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2006.
- GRAIN. Soberania Alimentaria y sistema alimentario mundial. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y culturas* (compedio), octubre, 2006.
- GUANAIS, Juliana Biondi. Impasses do processo de trabalho da agroindústria canavieira: corte manual da cana e pagamento por produção. In: *Agrocombustíveis solução? A vida por um fio no eito dos canaviais*. Serviço Pastoral dos Migrantes, 2008.
- HALL, Ronnie. Los mitos de REDD: uma evaluación crítica de los mecanismos propuestos para reducir emisiones generadas por la deforestación y la degradación em los países em desarrollo. Octubre, 2006.
- LARA, Sara. L'émergence d'une agriculture flexible et lês transformations Du marché du travail rural em Amérique Latine. *Chaiers Du Gedisst*, nº21, 1998.
- LISITA, Frederico Olivieri. Fonte: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=219&pg=2&n=2>. Acesso em 30/11/2008.
- LORA, Carmen. *Creciendo em dignidad: movimiento de comedores autogestionarios*. Lima: Instituto Bartolome de Las Casas-Rimac e Centro de Estudios y Publicaciones (CEP), 1996.
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Soberania Alimentaria: tierra, semillas y alimento. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. *Biodiversidad sustento y culturas* (compedio), octubre, 2006.
- MARQUES, Léa. Mudanças no clima e injustiça ambiental. Um chamado das mulheres à resistência. São Paulo: SOF, 2008.
- MELO, Hildete Pereira de; e SABBATO, Alberto Di. *Gênero e Trabalho Rural 1993/2006*. Rio de Janeiro, 2007.
- MONTAGUT, Xavier e VIVAS, Esther (coords.). *Supermercados, no garcias. Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas* (Apendice). Barcelona: Icaria Editorial, 2007.
- MONTAGUT, Xavier. Soberania alimentaria y consumo responsable como alternativas. In: *Agricultura y alimentación S.A.. Plural*, Viento Sur, nº94, 2007.
- MONTERO, Lourdes e POVEDA, Pablo. Ser Castañera. Cadena productiva y condiciones laborales de la industrial de la castaña em Riberalta. Bolívia: CEDLA 2003.
- MORAES, Daniela Masotti. Mulheres do Jequitinhonha: impressões da resistência. In: *Agrocombustíveis solução? A vida por um fio no eito dos canaviais*. Serviço Pastoral dos Migrantes, 2008.
- Mujeres y flores: flexibilizacion em marcha. Mesa de trabajo Mujeres y Economia, Bogotá, Colômbia, 2001.
- OXFAM. Recolectión de frutos silvestres. Oficio de mujeres em la región del Bío Bío. OXFAM, Taller de Acción Cultural, Chile, 2003.
- OXFAM Internacional. Más por menos. El trabajo precário de lãs mujeres em lãs cadenas de producción globalizadas. OXFAM Internacional, 2004.
- OXFAM Internacional. Historia de las trabajadoras de flores colombianas. Fonte: http://www.oxfam.org/es/campaigns/trade/real_lives/colombia. Acesso em 07/12/2008.
- SEMPERE, Joaquim. El consumo de alimentos: limites e impactos ambientales. In: *Agricultura y alimentación S.A.. Plural*, Viento Sur, nº94, 2007.
- SILVEIRA, Maria Lúcia e FREITAS, Taís Viudes. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.
- SOARES, Ângelo. Trabalhar nos paraísos de consumo: o caso das caixas de supermercados. In: GUIMARÃES, Nády A. e LÊITE, Márcia de Paula. *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça*. Relatório final, Fapesp/Cebrap, 2003.
- VIVAS, Esther. La distribución moderna: la invasión de los supermercados. In: *Agricultura y alimentación S.A.. Plural*, Viento Sur, nº94, 2007.



Asociación Nacional
de Mujeres Rurales
e Indígenas
ANAMURI A.G.

